A VIVÊNCIA DO ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÁREA DA SAÚDE

THE SUPERVISED INTERNSHIP EXPERIENCE OF A SOCIAL WORK STUDENT IN THE HEALTH FIELD

LA VIVENCIA DEL ESTUDIANTE DE TRABAJO SOCIAL EN LA PASANTÍA SUPERVISADA EN EL ÁREA DE SALUD

Adriane Bührer Baglioli Brun¹ Paola Ohrem²

Resumo

O presente artigo apresenta apontamentos sob o olhar do estudante de Serviço Social em seu estágio supervisionado na área da saúde. Busca-se discutir elementos da formação acadêmica em Serviço Social, através de vivencias no espaço sócio-ocupacional do estudante em seu estágio supervisionado. Para tanto, discutem-se aproximações no campo de estágio e experiências que oportunizaram a observação dos desafios apresentados neste espaço de atuação profissional. A intencionalidade é demonstrar que o processo de estágio supervisionado produz profundas reflexões a partir de vivências e pesquisas, que reforçam o caráter político da profissão de Serviço Social no contexto da área da saúde. Ao analisar a intervenção profissional do assistente social no contexto da saúde, vislumbram-se intensas complexidades e desafios que se apresentam ao exercício profissional.

Palavra-chave: estágio supervisionado; serviço social; saúde; formação profissional.

Abstract

This article presents insights from the perspective of a social work student in their supervised internship in the health field. It seeks to discuss elements of social work academic formation through experiences in the student's socio-occupational space in their supervised internship. To this end, the article discusses approaches in the internship field and experiences that have provided opportunities to observe the challenges presented in this professional practice space. The intention is to demonstrate that the supervised internship process produces profound reflections based on experiences and research, which reinforce the political character of the social work profession in the context of the health field. When analyzing the professional intervention of the social worker in the health context, intense complexities and challenges are seen that present themselves to professional practice.

Keywords: supervised internship; social work; health; professional formation

Resumen

El presente artículo presenta apuntes bajo la mirada del estudiante de Trabajo Social en su pasantía supervisada en el área de salud. Se busca discutir elementos de la formación académica en Trabajo Social, por medio de vivencias en el espacio socioocupacional del estudiante en su pasantía supervisada. Para tanto, se discute aproximaciones en el campo de pasantía y experiencias que brindaron la observación de los desafíos presentados en este espacio de actuación profesional. La intencionalidad es demostrar que el proceso de pasantía supervisada produce profundas reflexiones a partir de vivencias e investigaciones, que refuerzan el carácter político de la profesión de Trabajo Social en el contexto del área de salud. Al analizar la intervención profesional del asistente social en el contexto de la salud, se vislumbran intensas complejidades y desafíos que se presentan al ejercicio profesional.

Palabras clave: pasantía supervisada; trabajo social; salud; formación profesional.

¹ Assistente Social, mestre em Educação PUCPR. Coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social UNINTER. Professora do curso de Serviço Social da Uninter e pesquisadora do GETFS Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade na linha de pesquisa Formação e Prática Profissional. E-mail: abbaglioli@uol.com.br

² Assistente Social, estudante de pós-graduação em Serviço Social do Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: paohrem@gmail.com.

1 Introdução

A proposta de atividades de estágio de Serviço Social no campo da saúde reúne um conjunto de ações voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, por meio da viabilização do acesso às políticas públicas e outros atendimentos relevantes, como: acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento de processos para receber o medicamento em situações urgentes que envolvem risco de vida. Tendo como objetivo consolidar o direito às políticas públicas e fortalecer a humanização nos atendimentos prestados aos usuários da farmácia; ver o usuário como sujeito de direitos e fazer com que ele tenha também está compreensão; fortalecer a relevância de um trabalho interdisciplinar na saúde. Tendo ciência que os diferentes campos de conhecimentos se articulam e juntos contribuem na construção de novos saberes e novas propostas de trabalho.

O presente artigo é fruto das atividades de estágio supervisionado que ocorreram no período de 2020 a 2022. De acordo com o Regulamento de Estágio da UNINTER, o estágio compreende o percentual de no mínimo 15% da carga horária total do curso, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, que são realizadas a partir do terceiro ano do curso e se dividem em 6 etapas. A primeira etapa é nominada estágio supervisionado: aproximações da realidade e compreende análise de conjuntura para conhecer os cenários, as relações de forças, os acontecimentos, os atores, a relação entre a conjuntura e a estrutura. Além disso, esta etapa detalha as atribuições institucionais, a política social a qual está vinculado o espaço sócio-ocupacional, o trabalho do assistente social e quem são os usuários do Serviço Social. Esses elementos farão parte do plano de estágio que permeará todo processo de atividades desenvolvidas junto ao campo.

Na segunda etapa, chamada de estágio supervisionado: pré-projeto de intervenção, o objetivo é analisar o diagnóstico sócio-organizacional e identificar a manifestação da questão social que será o foco da intervenção do assistente social na instituição. Isso servirá como base para o desenvolvimento da proposta de intervenção no projeto de intervenção. Essa análise é realizada por meio de observações durante a pesquisa e por meio de uma escuta qualificada, com o registro de anotações e apontamentos feitos pelo(a) supervisor(a) de campo.

Além do estudo e do aprofundamento da análise de conjuntura institucional, ainda devese elaborar elementos de sistematização da prática como o diário de campo fundamentado e o pré-projeto de intervenção, acompanhar o assistente social em suas atividades, não apenas neste momento de aproximação com a realidade de campo, mas também para a continuidade do estágio e para continuidade da vida profissional. No entanto, é oportuno destacar que existe uma dificuldade na captação de informação da história das Instituições, tendo em vista a falta de documentação disponível para esta pesquisa.

Dando continuidade, segundo o Regulamento de Estágio Supervisionado UNINTER, na etapa estágio supervisionado — projeto de intervenção, o estagiário deve elaborar o projeto de intervenção, contemplando as reflexões sobre a profissão na sociedade, suas expressões da questão social, a relação do Serviço Social com a rede de serviços socioassistenciais; atribuições institucionais e as políticas públicas sociais pertinentes as demandas dos usuários, a partir da sua aproximação com a realidade do campo de estágio e as suas observações de campo; deve elaborar elementos de sistematização da prática a partir do projeto de intervenção, relatório processual descritivo; ser prepositivo e contribuir nas atividades propostas pelo Assistente Social junto aos usuários dos serviços, com a finalidade de prepará-lo para sua vida profissional a partir da confecção e escrita de documentos. Ao ingressar no campo de estágio, devemos confeccionar um diário de campo, o que faz com que o estagiário preste muito atenção no seu estágio, observando minuciosamente detalhes e situações que, na prática, devido a rotina naquele espaço, passam despercebidos pelo supervisor(a) de campo na maior parte do tempo.

Na etapa **estágio supervisionado** – **execução do projeto de intervenção**, o estagiário deve executar o projeto de intervenção no campo de estágio em conformidade com o cronograma e com as ações propostas no quadrimestre anterior. É um momento muito importante para o estudante, isso porque todo o seu planejamento, desde o pré-projeto de intervenção, é colocado em foco. Sendo assim, o estagiário, fará reflexões sobre a profissão, o projeto ético político e técnico-operativo a partir da elaboração de elementos de sistematização da prática, assim como anteriormente já confeccionado nos estágio anteriores, tais como: relatório de execução do projeto de intervenção e relatório de estágio, sendo propositivo e contribuindo com as atividades propostas pelo Assistente Social junto aos usuários do serviço, porém, com objetivos mais estendidos e relacionados à execução do projeto de intervenção.

Caminhando para que a etapa **estágio supervisionado** – **avaliação do projeto de intervenção**, para que seja realizado adequadamente pelo estagiário, ele deve contemplar os objetivos, atividades, metas e indicadores. Um momento muito importante para o estagiário, isso porque será avaliado se o projeto foi efetivo ou não, se foram cumpridas metas, indicadores, atividades, objetivos e o cronograma proposto no projeto de intervenção. Dessa forma, será realizada a análise e a reflexão sobre os limites e possibilidades da intervenção profissional frente à realidade institucional e às políticas sociais pertinentes às demandas dos usuários. Além disso, a estagiária deve ainda realizar a sistematização na prática, com base no relatório de avaliação do projeto de intervenção e no relatório de estágio. Também deve ser proativa e

contribuir nas atividades propostas pelo assistente social junto aos usuários dos serviços. Este é um momento que permite refletir sobre o amadurecimento da estagiária ao longo de toda a sua trajetória no campo de estágio.

Por fim e não menos importante, na etapa **estágio supervisionado** – **relatório final**, o estudante deve fazer a avaliação do processo de ensino de aprendizagem, contemplando as competências e as habilidades desenvolvidas durante o processo de formação. Aqui, o estudante já está na reta final do curso, portanto, fará a sistematização do conhecimento adquirido para a construção do processo de formação no que tange às dimensões teórico metodológica, éticopolítica e técnico-operativa da profissão, contemplando considerações pertinentes para contribuir no processo de formação da identidade da profissão e a consolidação do processo ético político.

As etapas de estágio supervisionado, que ocorreram no período de 20 de outubro de 2020 até 10 de dezembro de 2022, na área da saúde, foram desenvolvidas em dois espaços sócio-ocupacionais, sendo eles: a 2ª Regional da Saúde – Farmácia do Paraná e Hospital Cajuru (HUC). As etapas se desenvolveram de acordo com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996)³, Lei nº 8662/93 e Código de Ética da Profissão de 1993⁴. É oportuno destacar que a profissão está em constante transformação, assim como a sociedade, motivos pelos quais exige-se que os profissionais sejam críticos, analíticos, propositivos e assumam o caráter político na intervenção, visto a intencionalidade do exercício profissional estar cercada de mediações que precisam avançar para além da aparência, do imediato. Assim, devem dar respostas as demandas do cotidiano, em uma perspectiva reflexiva diante das inúmeras manifestações das expressões da questão social cada vez mais agudizadas na sociedade capitalista.

2 Espaços sócio-ocupacionais no contexto do estágio – saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem entre seus objetivos e atribuições a "formulação de políticas referentes a medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção" (Brasil, 1990). Desde a sua criação, têm ocorrido mudanças no sistema de saúde. Nesse contexto, destaca-se o princípio da

Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 7, n. 17, p. 79-90, 2023

³ **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Cadernos. ABESS, nº 07, São Paulo: Cortez, 1997. ABEPSS. www.abepss.org.br.

⁴ BRASIL. Código de Ética profissional do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissional. 4 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social,1993.

Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social, com alteração introduzida pela Lei 12.3317, de 26 de agosto de 2010. In: Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a Assistente Social. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

universalidade, que resultou na ampliação do acesso às políticas de saúde. Para alcançar esse objetivo, foi estabelecida a Atenção Básica à Saúde (ABS), realizada nas unidades básicas de saúde, que funcionam como a "porta de entrada" no sistema de saúde, uma vez que estão localizadas nos territórios, atendendo às comunidades locais e visando o alcance da população.

Na ABS, são realizadas ações para promoção da prevenção, tratamento e recuperação do plano clínico e sanitário, efetuadas por meio de vacinação, desenvolvimento nutricional, diagnósticos técnicos terapêuticos, informações de saúde e controle de epidemias. Na ABS, além dos atendimentos da equipe médica e sanitária, são dispensados medicamentos com a finalidade de cura, reabilitação e prevenção de algumas doenças. No entanto, nela são distribuídos apenas os medicamentos chamados essenciais, que na maioria das vezes suprem as necessidades de cuidados básicos da população.

A política de medicamentos gratuitos se estabeleceu como um serviço fundamental dentro do SUS, garantindo a todos o acesso a medicamentos eficazes, seguros e de qualidade para a redução, tratamento e recuperação de danos causados por diversos tipos de doenças. Por outro lado, os hospitais desempenham um papel de atendimento de maior complexidade, sendo procurados em situações de emergência que requerem internação, cirurgias, acompanhamento cirúrgico, exames avançados, cuidados maternos, exames de imagem e casos mais complexos. Os hospitais de pronto-socorro, como é o caso do Hospital Universitário Cajuru, compõem a rede de urgência e emergência. Todos devem ter acesso, quando necessitarem, a serviços de urgência e emergência que ofereçam segurança, qualidade e ética.

Nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006⁵, sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Art. 3° - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

Art. 4° - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

-

⁵ CFESS. Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

Art. 5º - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução.

Em ambas as instituições, quando os usuários buscam atendimento no setor de Serviço Social, já percorreram um longo caminho dentro do SUS, caracterizado pela burocracia, qualidade insatisfatória dos serviços e erros nos encaminhamentos. Os usuários frequentemente se encontram em situações que os deixam cheios de dúvidas e preocupações em relação aos procedimentos e tratamentos. Essa é a realidade que se apresenta. É responsabilidade do Assistente Social intervir nessa situação, reconhecendo o usuário como um sujeito de direitos em sua totalidade e trabalhando para que o próprio usuário também compreenda essa perspectiva.

Nos campos de estágio, os usuários são de diversas faixas etárias e classes sociais. Os usuários, ao buscarem a 2ª Regional da Saúde – Farmácia do Paraná e o Hospital Universitário Cajuru, encontram-se fragilizados por todo contexto que envolve o atendimento relacionado às suas condições de saúde. Portanto, faz-se necessário uma postura qualificada conforme cita a autora Martinelli (2011, p. 499): "Trabalhamos com pessoas fragilizadas que nos pedem um gesto humano: um olhar, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade".

Em ambos os campos de estágio o usuário, voluntariamente, aceita o encargo de 'zelar pela guarda e conservação dos serviços'. Além disso, será fonte de informação e consulta, e será elemento que influencia em decisões e grupo de pressão, direta e indiretamente. As políticas públicas de assistência e saúde são as políticas que os usuários têm mais acesso, isso porque, em ambas as instituições, tais políticas estão bastante presentes e são facilmente entendidas e percebidas pelo usuário. A partir do atendimento pelo Serviço Social, o usuário passa a compreender que o Sistema Único de Saúde é para todos. Isto posto, é relevante destacar a necessidade do trabalho interdisciplinar nos serviços de saúde junto ao Serviço Social, conforme Rodrigues (1995, p. 157):

Entendendo-se a interdisciplinaridade como postura profissional e princípio constituinte da diferença da criação, compreender-se á que o serviço social uma vez que articula diferentes conhecimentos de modo próprio, num movimento crítico entre prática-teoria e teoria prática é uma profissão interdisciplinar por excelência. Assim, para o serviço social, a interação com outras áreas é particularmente primordial: seria fatal manter-se isolado ou fazer-se cativo. A interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o, no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria, para abrir-se à interlocução diferenciada com outros. Isto significa romper com dogmatismos, muitas vezes cultivados no interior da profissão. Aprendendo a sair de seu modo de pensar e de sua metodologia consagrada, ele, o cientista, abandona a rigidez e a fixação em mundos que julgava absolutos.

Nestes termos, a interação com outros profissionais da saúde enriquece os atendimentos direcionados aos usuários, aos profissionais envolvidos e a Instituição que os recebe, com vista no aprimoramento profissional e qualidade dos atendimentos. Dessa forma, é possível articular, inovar, dialogar, desenvolver ações em conjunto com outras categorias profissionais, reforçando a importância do trabalho interdisciplinar. Portanto, e não menos importante, a presença do Assistente Social possibilita o processo de acolhimento com escuta qualificada e a articulação com redes de serviços.

3 O Serviço Social como espaço de formação profissional

O Assistente Social, em ambas as instituições, a 2ª Regional de Saúde - Farmácia do Paraná e o Hospital Universitário Cajuru - HUC, tem como responsabilidade orientar, fornecer informações, realizar acolhimento, escuta ativa e avaliação de urgência dos processos⁶, além de encaminhar os usuários para recursos na comunidade, em conformidade com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996)⁷, Lei nº 8662/93 e Código de Ética da Profissão de 1993⁸.

É importante ressaltar que nem sempre é possível realizar o atendimento de forma ideal devido às restrições de tempo nas duas instituições. No Hospital Universitário Cajuru, muitas vezes, o atendimento é limitado devido à alta médica dos pacientes, enquanto na 2ª Regional de Saúde – Farmácia do Paraná, os usuários podem sair devido ao tempo de espera.

Ao profissional assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (Iamamotto *apud* Piana, 2009, p. 100).

A partir do mencionado acima, é relevante destacar que o Serviço Social, nas duas instituições, tem como objetivo/especificidade a qualidade dos atendimentos, o processo de

.

⁶ Neste caso, se faz alusão a avaliação de medicamentos que envolvem risco de vida, como por exemplo, a imunoglobulina e medicamentos como codeína, gabapentina e morfina específicos para tratamentos de dor crônica. Quando o usuário ou um familiar busca o Serviço Social, devemos nos debruçar para que imediatamente possamos liberar o medicamento. Para tanto, devemos iniciar um trabalho multidisciplinar com todos os profissionais envolvidos

⁷ Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Cadernos. ABESS, nº 07, São Paulo: Cortez, 1997. ABEPSS. www.abepss.org.br.

⁸ Idem 2.

acolhimento com escuta qualificada e a articulação com redes de serviços. Cabe ao profissional Assistente Social intervir nesta situação, observando o sujeito de direitos em toda a sua integralidade e respectivamente fazendo com que ele também tenha essa compreensão.

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão "de dentro" do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações de sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para melhor iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação (Iamamoto, 2015, p. 20).

A prática do Assistente Social nestas instituições exige do profissional não apenas o conhecimento básico da profissão, mas também conhecimento sobre a área da saúde e suas particularidades, assim como um entendimento aprofundado da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. É fundamental destacar que a profissão requer atualização constante do conhecimento, alinhada às três dimensões do Serviço Social: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Isso é essencial para permitir que o profissional desempenhe suas funções de maneira crítica e propositiva, promovendo a sistematização da prática e afastando-se do senso comum, da imediatidade e do pensamento conservador.

A demanda pelo Serviço Social na 2ª Regional de Saúde – Farmácia Especial ocorre quando o usuário procura o setor diretamente, é encaminhado por outro setor ou busca ajuda por meio de orientação médica. Isso pode acontecer tanto por iniciativa própria do usuário quanto por motivos de urgência e emergência. No Hospital Universitário Cajuru, o cenário é semelhante, com usuários buscando atendimento de urgência ou emergência, muitas vezes relacionados a traumas e necessidade de orientação médica.

Essa fragilidade do usuário torna a comunicação entre as partes muitas vezes difícil e muitas vezes incompreensível, desalinhando o atendimento. Porém, é importante lembrar que a todo momento o assistente social procura deixar o usuário confortável para que possa compartilhar sua demanda, suas dúvidas, angústias e frustrações, a fim de traçar condutas de intervenção em consonância com o projeto ético político profissional.

De acordo com as demandas do Serviço Social nas Instituições, foi observado que as respostas são positivas com relação às políticas sociais desenvolvidas, bem como planos, programas, projetos e ações para que o usuário possa acessar a integralidade do tratamento medicamentoso em todas as fases evolutivas das doenças. Nesse contexto, as ações da

Assistência Farmacêutica direcionam-se à promoção e ao restabelecimento da saúde tendo o medicamento como recurso essencial à vida, assegurando o seu acesso e a forma adequada ao uso, bem como o atendimento médico especializado e adequado.

Apesar de existirem políticas sociais ativas nas instituições, foi observada a carência dentro dessas políticas em sua efetivação, além da ausência de novas políticas, programas e projetos. Ao que foi percebido, na experiência de estágio em ambos os espaços sócio-ocupacionais, tais limites e possibilidades se aproximam muito da falta de recursos destinados ao setor de Serviço Social para que se desenvolvam de uma forma melhor as políticas, programas e projetos já existentes e para que sejam implementadas novas propostas.

Os recursos financeiros/materiais disponíveis para o Serviço Social fazem parte dos recursos da Farmácia do Estado, oferecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde, assim como os recursos do Hospital Universitário Cajuru, que advém de repasses do cofinanciamento do SUS e diferentes tipos de doações. As restrições nesse campo limitam muito a atuação do Assistente Social, que deve conduzir o exercício da profissão diariamente, dentro dos recursos a ele oferecidos e nunca além deles, para que todos os usuários sejam atendidos de forma igualitária.

Tendo em vista as experiências nos campos de estágio, bem como a escuta qualificada, foi possível observar que um dos maiores desafios do Serviço Social nas Instituições é o reconhecimento da profissão, tanto por parte dos usuários quanto dos demais servidores. Apesar de sabermos que o Serviço Social tem 85 anos de história, algumas pessoas ainda não sabem exatamente o que o Assistente Social faz, quais suas demandas e seus desafios. Motivo pelo qual apresenta-se a necessidade e a possibilidade de se realizar ações educativas junto às equipes, aos usuários e à sociedade, de modo a esclarecer o papel profissional do assistente social.

4 O processo de supervisão

O Supervisor Acadêmico e Supervisor de Campo, conforme o Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social da UNINTER (2019), devem avaliar no estagiário: percepção e análise crítica da realidade, planejamento de trabalho, desempenho das atividades, trabalho em equipe, registro e relato de atividades, avaliação crítica das atividades, responsabilidade com usuários e com a instituição, atividades e comportamentos éticos, entrega dos documentos no prazo para a avaliação, conduta do estagiário no local de trabalho, sugestão para que o estagiário melhore o desempenho, entre outros critérios. Além disso, devem ser

avaliados a responsabilidade, o registro e o relato de atividades, a avaliação crítica das atividades, a comunicação escrita e verbal, as atividades e comportamentos éticos, a entrega dos documentos no prazo para a avaliação, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Estágio da ABEPSS e Resolução nº 533/2008.

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino.

Parágrafo único. Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as "condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social (Brasil, 2008).

A Supervisão Acadêmica auxilia o estudante dentro e fora de sala de aula, e ainda trabalha com angústias e frustrações. Procura, da melhor maneira possível, articular o estudante a sair de sua zona de conforto e ir em busca do conhecimento no seu campo de estágio, auxiliando com textos, debates, rodas de conversa, conversas individuais, correções diversas de trabalho.

A Supervisão de Campo, por sua vez, procura mostrar ao estagiário as vivências do cotidiano profissional, bem como os desafios da profissão. Mesmo que o campo de estágio nem sempre possibilite a orientação, devido à grande demanda de trabalho, o supervisor busca, da melhor forma, auxiliar o estagiário na confecção e correção de documentos a serem apresentados a instituição de ensino; a supressão de eventuais dúvidas do campo de estágio; no debate e troca amistosa sobre as demandas profissionais e na indicação de leituras e pesquisas.

Tanto a instituição de campo de estágio quanto a instituição de ensino, juntas, fazem um trabalho importante ao falarmos sobre a ampliação do olhar para a formação profissional. O estágio caracteriza-se por ser um momento em que o aluno faz a aproximação entre teoria e prática, capazes de fazê-lo pensar cientificamente, articulando, portanto, seus conhecimentos adquiridos desde o início do ingresso na Instituição de ensino até suas reflexões, proposições e tomadas de atitude perante diante das demandas expressas no campo de estágio.

Durante o desenvolvimento do estágio supervisionado e suas etapas no decorrer do curso, não há como deixar de pontuar o crescimento e amadurecimento acadêmico, isso porque as propostas destinadas a cada etapa deste processo acadêmico foram desenvolvidas com êxito e delas muito foi absorvido, desde a observação do campo de estágio até a execução e avaliação do Projeto de Intervenção.

5 Considerações Finais

No decorrer de cada etapa de estágio, fica cada vez mais evidente a sistematização da prática do assistente social, a partir do processo de organização do arsenal metodológico e técnico instrumental que demarcam a ação profissional. É importante destacar que sistematizar o fazer profissional é essencial, pois auxilia na identificação dos limites, desafios e possibilidades das demandas socioinstitucionais que são postas a partir da dinâmica do ser social. Isso porque a sistematização auxilia na efetivação da compreensão das relações sociais e do movimento da realidade, possibilitando, ainda, a consolidação de alternativas profissionais. As atividades propostas durante os dois anos de estágio proporcionaram reflexão sobre a profissão, sobre o projeto ético político e sobre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Tais considerações acima mencionadas podem ser observadas pelo estagiário desde o seu primeiro dia de ingresso no campo de estágio. Isso ocorre porque acredito que o acadêmico de Serviço Social é naturalmente curioso, e como resultado, buscamos o conhecimento de forma independente, além do que é ensinado na academia. Essa tendência se torna ainda mais evidente quando nos deparamos com as propostas de atividades de estágio, que geralmente envolvem uma série de ações destinadas a promover e proteger os direitos dos usuários. Isso é feito por meio da facilitação do acesso às políticas públicas e outros serviços essenciais, como acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento de processos internos e externos.

O campo de estágio é sempre um lugar muito rico para troca de conhecimento e aprendizagem. Acredito que é muito importante compreender que nem sempre vamos gostar do nosso campo de estágio, porém, ele faz parte do processo de formação, e devemos buscar desta experiência o que queremos ser/fazer como profissionais. Nesse contexto, é importante destacar que as ações de articulação com a equipe de saúde são caracterizadas pela contribuição do assistente social no processo interdisciplinar das equipes de saúde, o que contribui para ganhos e trocas, além de enriquecimento de conhecimento para o desenvolvimento de atividades integradas. Por sua vez, as ações socioeducativas ocorrem pela abordagem de caráter informativo e educação em saúde e cidadania.

É relevante destacar que a questão dos limites na profissão pode ser facilmente observada pelo estagiário durante seu período de estágio, assim como o desconforto enfrentado pelo profissional ao se ajustar aos limites estabelecidos pela instituição prestadora de serviços. Acredito que seja de extrema importância discutir essa questão com o supervisor de estágio, a

fim de esclarecer quais são esses limites, como ele lida com eles em seu trabalho diário e se há possibilidades de flexibilizá-los.

Baseado na nossa experiência, sempre iremos nos deparar com a contradição inerente à profissão, que envolve a luta contra conservadorismo e o imediatismo, enquanto buscamos a sistematização da prática. Devemos manter uma abordagem crítica e propositiva, mantendo um compromisso ético-político com a profissão e cumprindo as Diretrizes Curriculares e as leis que a orientam. É crucial manter-se atualizado para atender de forma eficaz às demandas que nos são apresentadas.

Um dos maiores desafios que os Assistentes Sociais enfrentam atualmente é a capacidade de compreender a realidade e criar abordagens de trabalho criativas que possam preservar e efetivar os direitos, diante das demandas emergentes do cotidiano. Em última análise, devemos aspirar a ser profissionais propositivos, não apenas executivos (Iamamoto, 2015).

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Conselho Federal de Serviço Social: CFESS, 1993.

BRASIL, Resolução nº 493/2006. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL, **Resolução nº 533/2008**. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilelle. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 497-508, 2011.

RODRIGUES, Maria Lúcia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. *In*: **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995, p.152-158.

BRASIL. CFESS. Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política da Saúde. Brasília, 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Sa ude.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

PIANA, Maria Cristina. **O serviço social na contemporaneidade**: demandas e respostas. Editora UNESP. São Paulo: 2009.

UNINTER. Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social UNINTER. Curso de Serviço Social Uninter, Curitiba, 2020.